Art. 6.º Ficam assim alterados os artigos 36.º e 37.º do decreto n.º 10:838 e revogados o decreto n.º 11:148, de 15 de Outubro de 1925, o n.º 5.º do artigo 81.º e o n.º 4.º do artigo 83.º do decreto n.º 10:838 e mais legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Julho de 1926.— *António Oscar de Fragoso Carmona*—*José Ribeiro Castanho*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*João Belo*—*Artur Ricardo Jorge*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 12:025

Considerando que a cobrança do imposto de fabricação de fósforos por meio da aplicação de selo sobre as caixas produzidas no continente e ilhas adjacentes é propensa a fraudes e de difícil e onerosa execução industrial;

Considerando que esse sistema de cobrança, estatuido na base H da lei n.º 1:770, de 25 de Abril de 1925, não só é moroso pelas formalidades da selagem estabelecidas no decreto n.º 10:838, de 9 de Junho de 1925, que regulamento a aludida lei, como também traz para o Estado um encargo financeiro apreciável;

Considerando que a prática de trinta anos demonstrou cabalmente a eficácia do sistema de fiscalização efectuado por meio dos postos fiscaes junto das fábricas, o qual, em relação ao aproveitamento escrupuloso dos consideráveis interesses do Estado ligados à indústria dos fósforos no país, é de efeitos muito mais seguros e úteis do que o da cobrança por meio de selo;

Considerando que da adopção do sistema de cobrança proposto resulta apreciável vantagem para o Estado, porquanto, atendendo à produção das fábricas existentes, os selos a empregar importariam, anualmente, em cêrca de 2:000.000\$, enquanto os vencimentos do pessoal da guarda fiscal, colocado junto das mesmas fábricas montam a próximamente 60.000\$ e portanto se realiza uma economia de 1:940.000\$, atendendo ainda a que as sociedades proprietárias das fábricas são assim aliviadas duma importante despesa como é a da selagem, o que muito interessa ao Estado, visto ser participante nos lucros dessas sociedades:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As fábricas nacionais de acendalhas, pavios ou palitos fosfóricos ficam sujeitas ao pagamento do imposto de fabricação de \$05 por caixinha contendo quarenta palitos fosfóricos ou fracção, nos termos da lei n.º 1:770, de 25 de Abril de 1925, e respectivos decretos regulamentares.

Art. 2.º A cobrança do imposto de fabricação a que se refere o artigo 1.º far-se há por meio de guia passada pela Inspeção Geral dos Fósforos, pela importância que fór liquidada em relação à produção fabril saída das fábricas para consumo público.

Art. 3.º Para execução e observância do estatuido nos artigos antecedentes funcionará junto de cada fábrica um pósto de fiscalização guarnecido por praças da guarda fiscal, subordinado à Inspeção Geral de Fósforos.

Art. 4.º O Governo elaborará o regulamento indispensável à execução do presente decreto com força de lei. § único. Enquanto não fór publicado o regulamento

a que se refere este artigo, observar-se hão as disposições regulamentares postas em vigor por despacho de 21 de Setembro de 1925.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 30 de Julho de 1926.— *António Oscar de Fragoso Carmona*—*José Ribeiro Castanho*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*João Belo*—*Artur Ricardo Jorge*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Intendência do Pessoal

Decreto n.º 12:026

Considerando que nenhum funcionário civil ou militar da armada deve ser abatido ao efectivo, por motivo de incapacidade física, sem ser julgado inapto pela junta de saúde naval, como se infere do artigo 187.º do regulamento de saúde naval:

O Governo da República Portuguesa, sob proposta do Ministro da Marinha, decreta que no regulamento orgânico das brigadas da armada, pósto em execução pelo decreto n.º 10:062, de 2 de Setembro de 1924, sejam feitas as seguintes alterações:

No n.º 3.º do § 7.º do artigo 179.º, substituir as palavras: «junta de revisão de recrutamento da armada» por: «junta de saúde naval».

No § 8.º do mesmo artigo 179.º, substituir a sua doutrina pela seguinte:

«O alistamento definitivo de voluntários e recrutados para a armada faz-se quatro meses depois da incorporação provisória, em resultado do exame a que são submetidos pelos médicos da brigada de marinheiros, cujo chefe do serviço proporá para serem presentes à junta de saúde naval os que pelo resultado deste exame lhes pareça deverem ser excluídos».

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 30 de Julho de 1926.— *António Oscar de Fragoso Carmona*—*Jaime Afreixo*.

Decreto n.º 12:027

Considerando que pelo artigo 4.º do decreto n.º 6:350, de 14 de Janeiro de 1920, o adjunto do encarregado do gabinete de física médica do Hospital da Marinha é dispensado do serviço de dia ao Hospital, não o sendo o ajudante do encarregado das operações, o que não é regular;

Considerando que a falta de médicos subalternos para o serviço de dia ao Hospital se dá amittudadas vezes e por largo tempo;

Considerando que o citado artigo 4.º não garante a